



Lua Nova

ISSN: 0102-6445

luanova@cedec.org.br

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
Brasil

Perlatto, Fernando; Maia, João Marcelo
Qual sociologia pública? uma visão a partir da periferia
Lua Nova, núm. 87, 2012, pp. 83-112
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67325208005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

QUAL SOCIOLOGIA PÚBLICA? UMA VISÃO A PARTIR DA PERIFERIA¹

Fernando Perlatto
João Marcelo Maia

Em 2004, o sociólogo americano Michael Burawoy proferiu uma conferência presidencial no encontro da American Sociological Association que causou furor entre os participantes, além de ter ecoado para o campo global das ciências sociais contemporâneas. Nela, Burawoy pregou – e essa nos parece ser uma boa palavra – a revitalização da tradição da sociologia pública, entendida como uma prática científica reflexiva orientada para a comunicação democrática entre sociólogos e diferentes públicos. Como texto escrito, o discurso de Burawoy tinha onze teses, ao estilo dos manifestos clássicos da tradição marxista (Burawoy, 2005). Não pretendemos analisar todas essas teses exaustivamente aqui, mas apenas apontar os traços gerais da argumentação².

¹ Por periferia entendemos aqueles países que surgiram no bojo da grande expansão colonial europeia a partir do século XVI e que ocuparam lugar subordinado na divisão internacional do trabalho. É claro que os realinhamentos geopolíticos contemporâneos desafiam a dualidade centro-periferia, mas acreditamos que o conceito possa ser operacional em termos históricos, além de evidenciar a assimetria entre Norte e Sul no que se refere à circulação global de conhecimento.

² Desde a publicação desse artigo, Burawoy vem produzindo uma série de trabalhos nos quais procura apresentar de maneira sistematizada suas concepções

Burawoy inicia dizendo que o contexto no qual escreve estaria marcado por um descompasso entre a sensibilidade sociológica, majoritariamente progressista, e o sentimento geral do mundo, que teria se deslocado muito para a direita nas últimas décadas. Dado esse contexto, o autor discute o que entende por sociologia pública, situando-a como um campo dentre outros na divisão de trabalho sociológico. Essa divisão comportaria ainda a *sociologia profissional*, destinada a resolver problemas científicos em ambientes universitários institucionalizados; a *sociologia orientada para políticas públicas*, praticada como uma forma de trabalho contratada por governos, ONGs e outras agências e instituições extra-acadêmicas; e a *sociologia crítica*, realizada por intelectuais que refletiriam sobre o próprio estatuto das teorias sociais e suas implicações políticas, mas num ambiente ainda razoavelmente restrito.

Nos termos de Burawoy, haveria duas grandes linhas de sociologia pública: na primeira, intitulada *tradicional*, o sociólogo se dirigiria ao grande público em artigos de jornais, editoriais, livros e revistas, preservando certa hierarquia comunicativa. No caso da sociologia pública *orgânica*, o sociólogo se engajaria mais decididamente com diversos públicos específicos, numa relação mais horizontal e de

sobre sociologia pública. Destacamos aqui alguns mais relevantes no sentido de apresentar o debate geral acerca desta perspectiva: Burawoy, 2007; 2008; 2011. Importante ressaltar que a palestra de Burawoy não se deu num vazio, estabelecendo um diálogo direto com o famoso *Relatório Para Abrir as Ciências Sociais*, coordenado por Immanuel Wallerstein (1996). Resultado de ampla investigação realizada com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, o *Relatório* analisou o desenvolvimento das Ciências Sociais desde o século XVIII, enfatizando os seguintes desafios colocados, no final do século XX e início do XXI, à sua reestruturação: 1) superação do falso universalismo dominante nas Ciências Sociais; 2) rompimento da divisão anacrônica das Ciências Sociais apostando na interdisciplinaridade; e 3) suplantação da metodologia positivista então hegemônica. Segundo Burawoy, esse *Relatório* não conseguiria dar conta de responder aos impasses e realizar a potencialidade das ciências sociais na contemporaneidade, por não se colocar as perguntas: “*sociologia para quê?*” e “*sociologia para quem?*”, fundamentais para a reflexão em torno de uma sociologia pública.

mão dupla, que permitisse o alargamento da experiência democrática na sociedade e na própria prática científica. Além dessas divisões, Burawoy constrói um eixo dual organizado em torno da oposição entre abordagens instrumentais e reflexivas da sociologia.

As quatro dimensões estariam obviamente articuladas: o sociólogo que trabalha em um projeto específico de política pública, contratado por um governo, utiliza ferramentas metodológicas e conceituais desenvolvidas na sociologia profissional e especializada, fomentada em programas de pesquisa e cursos de pós-graduação. Ao mesmo tempo, os sociólogos críticos que discutem o estatuto epistemológico e político dos paradigmas teóricos existentes, também se engajam, muitas vezes, em conversas e debates com os diferentes públicos extrauniversitários. Finalmente, é possível dizer que o próprio diálogo dos sociólogos com outros públicos pode contribuir para oxigenar a agenda de pesquisa acadêmica, ou seja, da sociologia profissional.

Burawoy também sustenta que há diferentes trajetórias possíveis para um cientista social nesta divisão do trabalho e cita alguns exemplos – todos norte-americanos – de trânsito entre sociologia pública, sociologia profissional e sociologia orientada para políticas públicas. Ele defende um ideal de diálogo entre as diferentes práticas sociológicas como forma de evitar possíveis patologias da autorreferencialidade, seja na sociologia profissional, seja na sociologia pública, tais como o excessivo cientificismo, de um lado, e o dogmatismo político e pouco reflexivo, de outro. Note-se que ele reconhece a especificidade da história sociológica nos EUA, embora sustente suas categorias – construídas a partir dessa história provinciana – como um enquadramento válido para a análise do campo global da sociologia e suas diversidades.

Ao final da palestra, Burawoy evidencia o projeto normativo que guia sua defesa da sociologia pública: trata-se

da ideia de que a sociologia encontrará seu público e seu ambiente na sociedade civil. Não no Estado, tido como domínio da ciência política, ou no mercado, terreno por excelência da economia. Ou seja, a sociologia teria como norte moral um compromisso humanitário com uma espécie de “defesa da sociedade”. Como se verá mais adiante, essa identificação da sociologia pública com o conceito de “sociedade civil” se mostrará um dos aspectos mais problemáticos da construção do autor. Consideramos que o debate sobre a dimensão pública da imaginação sociológica só pode ser equacionado adequadamente caso ultrapassemos esta limitação, entendendo que não há um único modelo societal possível que se ajusta melhor à sociologia pública.

As onze teses de Burawoy atraíram muitos colegas por conta de seu “chamado às armas”, mas também numerosos críticos (nesses últimos sete anos, não se deixou de criticar nem uma única de suas onze teses). De forma geral, a repercução do debate deu-se de três formas entre 2004 e 2011: a) pela organização de dossiês em revistas acadêmicas da área; b) pela publicação de livros sobre o tema, em geral na forma de coletânea; c) pelas viagens de Burawoy ao redor do mundo para fazer palestras em encontros científicos, fato impulsionado por sua eleição para a presidência da International Sociological Association, no ano de 2010. Por razões de espaço, nos concentraremos nas duas primeiras formas de disseminação do debate.

No caso das revistas científicas, pode-se dizer que o debate seguia um padrão: as revistas publicavam um dossiê sobre o tema, que continha um texto-manifesto do próprio Burawoy e uma réplica do mesmo, como forma de resposta aos comentários e às críticas feitas pelos especialistas convocados. Esse formato foi seguido nas seguintes revistas: *Social Forces*, *American Sociologist*, *The British Journal of Sociology* e *Critical Sociology*. Impossível resumir aqui toda a gama de opiniões e críticas, mas nas linhas que se seguem procura-

remos apresentar um quadro analítico geral que permita ao leitor entender os principais pontos em disputa na recepção das teses de Burawoy.

No que se refere às críticas, uma das principais acusações a Burawoy diz respeito ao fato de o discurso da sociologia pública esconder agendas políticas ocultas ou estar baseado em juízos morais particulares sobre o que significaria “participação” e “engajamento”. Comentários nesse sentido foram feitos nas diferentes revistas (Tittle, 2004; Nielsen, 2004; Boyns; Fletcher, 2005), e sempre alertam tanto para a ameaça de conflagração entre marxismo e sociologia pública, como para a impossibilidade de estabelecer um consenso moral normativo compartilhado por todos os sociólogos, consenso este que nem mesmo seria desejável. Em geral, essas críticas oferecem como ideal moral “alternativo” o próprio fortalecimento da chamada sociologia profissional (Brint, 2005; Turner, 2005), que estaria ameaçada pelo projeto ideológico e normativo da sociologia pública, tal como proposta por Burawoy (talvez o crítico mais estridente deste campo seja Mathieu Deflem, que criou o site *Save Sociology* justamente para “salvar” a sociologia como ciência do perigo da sociologia pública e sua agenda marxista e supostamente antiprofissional).

Outra corrente de críticos teve uma visão mais positiva do projeto de Burawoy, mas destacou um conjunto de erros conceituais ou epistemológicos que contribuiriam para minar a ideia de sociologia pública ou para impedir que ela se tornasse uma prática com resultados eficazes. Nesse grupo, pode-se destacar textos que alertaram para os problemas na construção do eixo da divisão do trabalho intelectual (Calhoun, 2005; McLaughlin *et al.*, 2005; Ghamara-Tabrizi, 2005; Ericson, 2005; Braithwaite, 2005) e na própria definição do que seja “público” (Kalleberg, 2005).

Pode-se localizar também um conjunto de críticos à esquerda, que considera a proposta da sociologia pública

um nome novo e conciliador para uma atividade intelectual radical que teria uma história alternativa àquela oferecida por Burawoy. São os casos de Baiocchi (2005), Aronowitz (2005) e Katz-Fishman; Scott (2005), os quais sustentam que Burawoy deveria ir ainda mais longe no questionamento ao *mainstream* da sociologia profissional norte-americana. As críticas de Katz-Fishman e Scott, em especial, relacionam diretamente o projeto da sociologia pública a uma agenda política de transformação socialista e engajamento com públicos revolucionários. Parentes próximos desse grupo são as críticas oriundas de tradições sociológicas que sempre tiveram grande relação com movimentos progressistas e radicais, casos do feminismo e do feminismo negro (Acker, 2005; Brewer, 2005).

Finalmente, um último grupo de comentadores é formado por aqueles que buscam interpretar suas próprias experiências intelectuais à luz da ideia de sociologia pública, o que evidencia uma disposição maior para aceitar a proposta de Burawoy e transformá-la num operador legítimo na interpretação da atividade dos sociólogos. Pode-se citar os artigos de Bonacichi (2005), Vaughan (2005) e Putney *et al.* (2005), todos dispostos a analisar exemplos concretos de pesquisa que poderiam fornecer modelos “corretos” para a sociologia pública.

Já a publicação de livros sobre o tema fornece importante evidência sobre o padrão de debate relacionado ao tema da sociologia pública. Se, num primeiro momento, esses livros orientavam-se para uma discussão crítica sobre as teses de Burawoy, logo passaram a surgir volumes que rotinizaram essa categoria no universo da sociologia, traduzindo-a como mais um conceito a ser trabalhado na disciplina. O volume *Public Sociology*, editado em 2007 por Dan Clawson, no qual quinze cientistas sociais se dispõem a debater o tema, é um belo exemplo da primeira torrente de comentários e críticas. De forma geral, as considerações

feitas nos artigos de 2004 e 2005 se repetem, indo da acusação acerca de agenda marxista “oculta” à própria tibieza do programa de Burawoy *vis-à-vis* tradições intelectuais mais radicais, passando por problemas de conceituação e narrativas de experiências intelectuais pessoais à luz da ideia de “sociologia pública”. Direção semelhante segue a publicação *Public Sociologies Reader*, organizada por Judith Blau e Keri E. Iyall Smith na qual, para além dos debates teóricos em torno da ideia de “sociologia pública”, encontram-se artigos dedicados a pensar a articulação da temática com a agenda dos direitos humanos, da sustentabilidade e da paz, em tempos de globalização (Blau; Smith, 2006).

Ainda em 2007, surge o livro organizado por Lawrence Nichols (2007), *Public Sociology. The Contemporary Debate*, basicamente uma reunião dos artigos disponíveis no periódico *The American Sociologist*, com algumas adições. Trata-se de um volume menos voltado para a polêmica e mais direcionado à aplicação da categoria de sociologia pública, para a própria história da disciplina e suas formas de atividade. Esse processo de rotinização se consolida com a edição do *Handbook of Public Sociology* (Jeffries, 2009), cuja proposta é a de ser uma espécie de manual de alto nível sobre o tema, explicando as origens do conceito, exemplos concretos e mecanismos de avaliação para a diferenciação entre “boa” e “má” sociologia pública.

89

No Brasil, a discussão aterrissou por intermédio da edição do livro *Por uma Sociologia Pública* (Braga; Burawoy, 2009). Nesse livro, o sociólogo paulista Ruy Braga relê o tema da sociologia pública à luz da tradição de intervenção marxista de nomes como Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira, além de inserir temas específicos do debate brasileiro, como a questão da sociologia no ensino médio. Pode-se citar, também, o volume 22, número 56, da revista *Cadernos CRH*, na qual se apresenta um dossiê sobre sociologia pública, com artigos que relêm o tema a partir da expe-

riência da sociologia do trabalho (Braga; Santana, 2009), da sociologia da ação (Touraine, 2009) e da tradição político-intelectual marxista (Mello e Silva, 2009), além de textos críticos à perspectiva de Burawoy (Turner, 2009). Destaque-se o texto de Simon Schwartzman (2009), que problematiza a crítica de Burawoy à sociologia acadêmica alegando que, no Brasil, as maiores possibilidades de exercício de autonomia e liberdade intelectual pelo sociólogo estariam na universidade. Schwartzman argumenta também que o contexto brasileiro ainda demandaria atenção ao fortalecimento institucional da sociologia.

Como se pode ver, num período de cinco anos, sociologia pública deixou de ser simplesmente um programa individual altamente polêmico para se codificar num discurso sociológico rotinizado, capaz de galvanizar discípulos, provocar a edição de livros-textos e fornecer, aos praticantes da disciplina, uma forma de interpretação de suas experiências coletivas como sociólogos. Consideramos que este rápido movimento terminou por transformar o debate sobre sociologia pública em uma “caixa-preta” – nos termos de Bruno Latour (1987) –, ou seja, em um conceito e em um conjunto de instrumentos cognitivos naturalizados. Segundo Latour, seria necessária uma problematização do nosso olhar para a ciência, que costuma se orientar para os produtos acabados desta atividade (um objeto, uma teoria ou um conceito), e não para o processo coletivo e descentrado que os geraram.

Trata-se, portanto, de abrir a “caixa-preta” da sociologia pública e rediscuti-la à luz dos diferentes debates, práticas e escritos que configuraram historicamente a relação entre sociologia e vida pública. Nossa objetivo é apresentar uma visão menos provinciana da história da sociologia como forma de imaginação social. Este ponto já foi brevemente tratado por alguns comentadores, entre os quais John Urry (2005), Ulrich Beck (2005) e Christopher Chase-Dunn

(2005), que destacaram as limitações de uma abordagem centrada exclusivamente no eixo nacional para pensar um mundo híbrido e globalizado, por onde circulam diferentes formas de sociologia pública. Nesse campo, há também os que criticam a inadequação das afirmações de Burawoy aos casos de sociologias praticadas no Sul Global, no qual as divisões de fronteira entre os tipos de atividade intelectual não seriam tão nítidas (Quah, 2005; Stacey, 2007). Parece-nos que este é um questionamento crucial e que merece maior esclarecimento analítico.

Nas próximas duas seções serão exploradas duas hipóteses: em primeiro lugar, questionaremos a contraposição entre sociologia profissional e sociologia pública, tal como construída por Burawoy. Para tanto, recorreremos à própria tradição sociológica norte-americana em busca de subsídios para a reconstrução de outra história da sociologia pública naquele país. Em seguida, apresentaremos uma interpretação do caso brasileiro. Nosso objetivo nesta segunda seção é evidenciar como um caso tido como periférico pode iluminar outra articulação entre sociologia e vida pública, que vai além do modelo fechado proposto por Burawoy.

Ao apresentarmos essa segunda hipótese, ancoramo-nos em recentes discussões que enfatizam a necessidade de questionar o eurocentrismo na teoria social e o modelo assimétrico de circulação de conhecimento entre Norte e Sul (Connell, 2007; Alatas, 2006). Assim, sugerimos que as tradições intelectuais no chamado Sul Global não devem ser vistas como simples consumidoras de conceitos fabricados na Metrópole, mas sim como discursos que podem questioná-los e contribuir para o debate de forma não subordinada.

Abrindo o debate: o caso americano para além de Burawoy

Não obstante o zelo com o qual Burawoy organizou a proposição de uma agenda intelectual normativa em torno da sociologia pública, é preciso considerar que as preocupa-

ções que orientam suas reflexões não são de todo novas, estando já sedimentadas em debates anteriores na sociologia norte-americana a respeito da dimensão pública da sociologia. A própria disciplina nasce, nos Estados Unidos, diretamente atrelada à preocupação com a intervenção pública e influenciada pelo reformismo social do final do século XIX.

Como surge em contexto caracterizado pelas consequências advindas da Guerra de Secesão (1861-1865), suas preocupações centrais não serão acadêmicas *stricto sensu*, mas direcionadas às soluções para a desestruturação dos laços da sociedade tradicional, então em curso. As obras e a atuação de seus principais fundadores – Lester Ward, F. H. Giddings, W. G. Sumner e A. Small – serão marcadas por uma combinação, muitas vezes tensa, entre projetos de reforma social e uma compreensão evolucionista da sociedade, sobretudo como decorrência da influência da obra de Herbert Spencer. O amálgama entre valores do puritanismo, do reformismo social e do evolucionismo direcionará as principais prioridades dessa sociologia nascente, que, guiada pelas ideias de progresso e integração social, se preocupará, entre outros temas, com as formas de incorporação dos imigrantes, com a superação da divisão racial e com o fortalecimento dos laços familiares (Calhoun, 2007; Turner; Turner, 1990).

Esta perspectiva reformista exercerá influência decisiva sobre o processo de institucionalização da sociologia no país entre as décadas de 1890 e 1940, como evidenciam as formulações e movimentos dos intelectuais vinculados à Escola de Chicago. Criada por uma fundação batista financiada pelo filantropo e empresário Rockefeller e reunindo intelectuais como Robert Park, Ernest Burgess, Louis Wirth, Herbert Blumer e William Thomas, a Escola de Chicago buscou transformar a sociologia em uma ciência empírica, por meio da combinação da filosofia pragmática com uma

orientação política reformista. A expectativa era de fortalecimento da democracia, em um quadro marcado pela rápida industrialização e urbanização da sociedade norte-americana (Bulmer, 1984).

A partir das primeiras décadas do século XX, o acelerado processo de institucionalização da sociologia nas universidades americanas – sobretudo nas universidades de Chicago e Columbia – terá como eixo de sustentação o esforço para torná-la uma disciplina autônoma, dotada de métodos e procedimentos próprios. Essa busca desencadeará tensões entre aqueles que identificavam a sociologia com a perspectiva do engajamento público e aqueles que buscavam torná-la mais “profissional”, nos termos de Burawoy. De um lado, havia um movimento no sentido de transformar a sociologia em uma ciência, ancorada no discurso da neutralidade axiológica; de outro, notava-se a forte presença de autores como W. E. B. DuBois, cujas obras e atuação eram fortemente marcadas pelo engajamento público, ainda que sustentadas em coerentes procedimentos teóricos e metodológicos.

Os embates entre a perspectiva “científica” e aquela vinculada à “intervenção pública” se exacerbaram nas décadas seguintes, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, quando três intelectuais – os quais Pierre Bourdieu (2005) denominou como “tríade capitolina” – se consolidaram como figuras centrais da armação do campo sociológico norte-americano: Talcott Parsons, Robert Merton e Paul Lazarsfeld. Para o sociólogo francês, esses autores lograram sucesso no sentido de constituir uma ortodoxia intelectual marcada por uma mistura de teoria funcionalista e metodologia positivista, responsável pela consolidação de uma “sociologia profissional” – mais uma vez nos termos de Burawoy –, que teria se tornado dominante não somente nos Estados Unidos, mas na Europa e nos países periféricos.

A crítica de Bourdieu ao *establishment* da sociologia norte-americana, representado pelos três autores, é seme-

lhante àquelas realizadas por Wright Mills e Alvin Gouldner em momentos anteriores. Enquanto Mills (1959) se colava em uma perspectiva contrária ao que denominava como “empirismo abstrato” e “grande teoria”, Gouldner (1970) assumia como inimigo aquilo que denominava de “sociologia acadêmica”, defendendo, em contrapartida, uma “sociologia reflexiva”. Ambos os sociólogos estavam fortemente influenciados pelo caldo político e cultural dos anos de 1960, que oferecia terreno propício para a decantação de uma imaginação próxima ao ideário de uma sociologia pública (Wallerstein, 2007).

Esta contraposição entre dois modos de se conceber e praticar sociologia – tendo, de um lado, o *mainstream*, representado por autores como Parsons, Merton e Lazarsfeld, e de outro, a *disobedient generation*, da qual faziam parte Mills e Gouldner (Sica; Turner, 2005) – exercerá enorme influência sobre a consolidação de determinada imagem do campo sociológico norte-americano da segunda metade do século XX. Contudo, esta polarização tem sido cada vez mais matizada por pesquisas recentes. Não se trata de negar a existência da tensão entre profissionalismo e engajamento, mas de evidenciar o quanto este embate – terreno sobre o qual Burawoy constrói sua reflexão – era mais complexo do que muitas vezes se procurou mostrar.

Muito embora reconheçam certa pertinência nesta contraposição entre profissionalismo e engajamento, trabalhos recentes têm argumentando que ela foi utilizada, na maior parte das vezes, como recurso na disputa por predomínio no campo sociológico. Muitos dos praticantes da sociologia acadêmica do *establishment* estavam imbuídos de preocupações públicas, assim como os membros da *disobedient generation* lograram produzir sociologias públicas relevantes, mobilizando aparatos fornecidos pela sociologia profissional (Calhoun; VanAntwerpen, 2007). Ainda que o foco de Parsons, por exemplo, tenha sido principalmente a teoria

social, é inegável sua conexão com uma forma de imaginação pública influenciada pelo New Deal e suas promessas de coesão social. Da mesma forma, Lazarsfeld, não obstante sua ênfase teórica, identificava-se com uma ideia de cientista social como *expert*, capaz de influenciar a formulação de políticas públicas.

A problematização dessa dicotomia tem aberto novos caminhos, não apenas no sentido de apontar para o fato de que a sociologia americana – no decorrer do século XX, mesmo entre os membros do chamado *establishment* – logrou configurar uma forte dimensão pública, mas no da percepção de que há uma história da imaginação sociológica pública, que vai além da codificação do debate em torno da *public sociology*, como formulada por Burawoy. Outros autores norte-americanos – como, por exemplo, Robert Bellah e Craig Calhoun – elaboraram perspectivas teóricas e normativas em torno das preocupações relacionadas à sociologia e à vida pública, que transcendem as categorias formuladas pelo então presidente da American Sociological Association, abrindo novos caminhos para a problematização do conceito de sociologia pública.

Ao construir uma obra cujo objetivo central é o de possibilitar uma discussão pública sobre a natureza e os desafios da sociedade americana, Robert Bellah (1985), em seu clássico livro *Habits of Heart*, oferece interessante reflexão sobre a ideia de sociologia pública, em perspectiva diferenciada da chave do engajamento, como na argumentação normativa de Michael Burawoy. Dialogando diretamente com o clássico *A Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville, de 1835, Bellah busca compreender as características da sociedade americana, tomando como base não apenas suas leis, mas, sobretudo aquilo que denomina como “hábitos do coração”, isto é, seus costumes, ideias, sentimentos e opiniões. O autor está preocupado com as interações que se estabelecem entre a dimensão intersubjetiva das pessoas e

o ambiente político da sociedade, procurando investigar a forma como os americanos organizam a narrativa sobre os diversos elementos de suas vidas, dando sentido às suas existências e organizando suas maneiras de viver em sociedade.

Bellah mobiliza os argumentos de Tocqueville para compreender melhor os elementos daquilo que denomina como tradição americana, com seus símbolos, ideais e maneiras de viver, e que tem como valor fundamental o *individualismo*. Ancorado na clássica preocupação tocquevilliana da conciliação entre a marcha inexorável da igualdade e a preservação da liberdade, o autor analisa as raízes históricas e filosóficas deste individualismo, diagnosticando suas potencialidades e limites, e confrontando tal análise com aquilo que os americanos contemporâneos pensam a respeito de valores associados ao individualismo, bem como a outros aspectos significativos desta tradição, como *self-government* e a livre iniciativa. Ao refletir sobre os “hábitos do coração” basilares da tradição americana, Bellah almeja principalmente abrir espaços para a reflexão sobre as melhores alternativas para a superação dos problemas morais enfrentados por uma forma mal compreendida do individualismo. Seu objetivo primordial, portanto, é produzir uma imaginação que contribua para incitar práticas que, educando o individualismo, permitam o desenvolvimento na América contemporânea daquilo que Tocqueville chamava de *interesse bem-compreendido*.

Mais do que para o argumento do livro propriamente dito, interessa aqui chamar a atenção para uma discussão que Bellah realiza no apêndice de sua obra, intitulado *Social Science as Public Philosophy*. Nesse texto, ele discorre sobre o processo de institucionalização das ciências sociais nos Estados Unidos a partir do começo do século XX, defendendo a perspectiva segundo a qual a ciência social deve ser, antes de qualquer coisa, uma “filosofia pública”. Uma filosofia com tal viés pressupõe não apenas uma compreensão de socie-

dade mais ampla do que aquela que orienta os praticantes das ciências sociais especializadas, mas implica também um compromisso com a análise das tradições mais substantivas desta sociedade. Um cientista social adepto de uma filosofia pública deve ser um “cidadão geral da sociedade”. Isto é, atuar como um intelectual que busca a superação das fronteiras entre as disciplinas, que procura descontinar e interpretar os valores basilares das tradições organizadores das sociedades e que orientam os caminhos, as prioridades e as formas pelas quais as pessoas que nelas vivem arranjam seus mundos particulares, suas relações sociais e suas instituições. O “cidadão geral da sociedade” deve atuar, portanto, como um elo capaz de proporcionar uma conversação permanente e reflexiva sobre essa tradição, buscando formas de autoentendimento social e autointerpretação, que permitam às pessoas compartilhar valores e orientar suas vidas na contemporaneidade. Ao contribuir para a compreensão e iluminação das aspirações, ideais, sonhos e expectativas desta tradição, a filosofia pública aparece como portadora de uma espécie de espelho no qual a sociedade contemporânea reflete seus problemas e desafios, possibilitando a construção de uma narrativa comum capaz de proporcionar aquela conversação.

Outra abordagem interessante para se pensar o debate em torno da sociologia pública nos Estados Unidos provém da obra de Craig Calhoun (2005, 2007, 2008, 2010). De maneira geral, pode-se dizer que os escritos do autor em torno do tema são orientados por três questões principais. Em primeiro lugar, realizar um debate teórico sobre as noções de “público”, “esfera pública” e “conhecimento público”, com o intuito de compreender como estas categorias têm sofrido modificações nas últimas décadas em decorrência das transformações impulsionadas pelo avanço do mercado sobre as diversas dimensões da vida social. De acordo com ele, é imperativo que qualquer reflexão em tor-

no da ideia de sociologia pública estabeleça, como ponto de sustentação, um enfrentamento teórico acerca desses conceitos.

Em segundo lugar, Calhoun busca compreender teórica e empiricamente a relação entre as mudanças estruturais da esfera pública e das universidades, enquanto instituições sociais, nas últimas décadas, e a forma e o tipo de sociologia produzida e posta em circulação no debate público. Estabelecendo diálogo direto com a obra de Jürgen Habermas, o autor enfatiza a necessidade não apenas de se compreender de que forma as mudanças ocorridas na esfera pública influenciam a agenda da sociologia produzida no âmbito universitário, mas, também, as diferentes maneiras por meio das quais a produção sociológica dialoga com temáticas prementes da esfera pública.

O que a sociologia pode proporcionar ao discurso público, segundo Calhoun, é a capacidade de problematizar questões públicas e perguntar por que determinados problemas são tornados públicos e outros não, e por quais motivos certas soluções para estes ou outros problemas são tornadas públicas e outras não. Ou, mais do que isso, por que certos especialistas são convocados para falarem sobre determinados problemas e outros não, influenciando a definição dos temas considerados prioritários e a agenda de soluções proposta para enfrentá-los. É justamente conectado com essa discussão que o autor faz questão de ressaltar que sociologia pública não deve ser confundida com sociologia aplicada, na medida em que menos que sua “aplicabilidade”, sua preocupação central é com o processo de formação, discussão e ampliação do conhecimento público.

Mas é relevante destacar que, para Calhoun, uma sociologia que se pretenda pública não deve encerrar suas preocupações apenas com a comunicação na esfera pública, devendo também atentar para a importância do compartilhamento democrático de temas e agendas intelectuais no interior

do próprio campo sociológico. Isto é, pensar uma disciplina pública implica olhar “para dentro” dos espaços disciplinares e observar as formas pelas quais o conhecimento é produzido e posto em circulação. Contra o processo cada vez mais crescente de individualização da pesquisa acadêmica e de privatização dos conhecimentos, o autor aponta para a importância de uma sociologia profissional preocupada com a potencialização de uma dinâmica de comunicação permanente entre os sociólogos. O destaque que Calhoun confere a instrumentos como as associações de sociólogos e a internet, por exemplo, deve ser compreendido nesse sentido, na medida em que elas podem atuar como arenas centrais de contato, debate e difusão de conhecimento no interior do próprio campo sociológico e em sua articulação com a esfera pública mais ampla.

De acordo com Calhoun, qualquer análise sobre sociologia e vida pública no mundo contemporâneo deve levar em conta as transformações sofridas, desde as últimas décadas, pelas próprias universidades, enquanto instituições sociais. Para o autor, tais mudanças incidiram diretamente sobre sua trajetória e sobre o tipo de conhecimento produzido e valorizado. Se, por um lado, essas transformações consolidaram as universidades como *loci* fundamentais de produção e circulação do conhecimento no mundo contemporâneo, por outro, têm implicado modificações na sua destinação pública, que se vê cada vez mais secundada, como decorrência das pressões por “produtividade”, exacerbadas nas últimas décadas. Tal processo as conduz a novos desafios no que tange à produção e à difusão do conhecimento, de forma geral, e a uma sociologia que se quer pública, de maneira particular.

Essa discussão se articula diretamente com o terceiro aspecto central do trabalho de Calhoun, relativo justamente à necessidade de articulação de uma sociologia dialógica e reflexiva com públicos extra-acadêmicos.

Não obstante destacar os riscos inerentes à participação mais proeminente dos sociólogos na vida pública – relacionados principalmente à perda da autonomia do trabalho intelectual, tanto pela ameaça das pressões do Estado e do mercado, quanto por eventuais perdas de particularidade do conhecimento sociológico –, Calhoun ressalta a importância de uma sociologia preocupada em produzir conhecimento relevante e em conectar-se com a esfera pública e com os diferentes públicos externos às universidades.

Como se percebe, uma breve releitura da história da imaginação dedicada à sociologia pública nos Estados Unidos e um diálogo com outros de seus representantes – seja em uma proposta comunitarista, como em Bellah, seja em uma perspectiva mais próxima da teoria crítica, como em Calhoun – evidenciam a importância de uma abordagem mais histórica e ampliada do debate sobre a sociologia pública, de modo a explorar o conceito formulado por Burawoy. Essa abordagem implica conectar as formas contemporâneas de organização da vida cultural às tradições intelectuais disponíveis em cada sociedade, como forma de evitar reificação dos sub-campos disciplinares – problema já apontado na codificação de Burawoy. Essa estratégia nos permitiria apreender a diversidade de formas de conexão entre imaginação sociológica e vida pública, questionando, inclusive, a naturalização da sociedade civil e da própria ideia de público, que não é a-histórica ou similar para qualquer caso nacional. Como veremos na próxima seção, o caso brasileiro ilustra essa necessidade de articulação histórica.

A sociologia pública a partir da periferia: o caso brasileiro

A principal hipótese sustentada nesta seção é a de que as experiências históricas nacionais de sociologia pública em contextos periféricos – com destaque para o Brasil – são mais do que meras ilustrações das teses gerais formuladas no “centro”. São também contribuições importantes no sen-

tido de estimular conceitualmente a discussão sobre a temática *per se*, ampliando o seu escopo teórico.

Nesse sentido, partimos de debates contemporâneos na sociologia sobre as assimetrias presentes nas trocas intelectuais entre o chamado Sul Global e as metrópoles (Connell, 2007; Alatas, 2006). Essas contribuições, que partem da crítica da teoria pós-colonial ao eurocentrismo, buscam fornecer alternativas às categorias sociológicas elaboradas nos “centros”, em especial nos Estados Unidos e Europa, e apenas “consumidas” na “periferia”. De acordo com esses trabalhos, a atual divisão da produção e circulação do conhecimento sociológico – na qual a teoria é produzida apenas nos países centrais – muitas vezes reforça uma dominação metodológica, conceitual e epistemológica, consolidando essencialismos característicos da imaginação sociológica moderna. Pensar teoricamente, portanto, a noção de sociologia pública a partir de experiência histórica do Sul, qual seja, a brasileira, implica esforço de problematização desta noção, não no sentido de abandoná-la, mas com o intuito de ampliar criticamente seu escopo analítico³.

Quando tomamos as formulações de Burawoy sobre a sociologia pública para a análise do caso brasileiro, a primeira dificuldade refere-se à própria delimitação do que seja “sociologia”. Segundo relatos mais conhecidos, como aqueles contidos na obra *A História das Ciências Sociais no Brasil*, organizada por Sérgio Miceli (2001), a sociologia como disciplina científica teria sido concebida nos anos de 1930, no âmbito da Universidade de São Paulo (USP). Até então, teríamos um ensaísmo frouxo e não propriamente uma ciência institucionalizada. Entretanto, pesquisas posteriores vêm enfatizando continuidades temáticas entre

³ Importa destacar que esta sugestão estabelece diálogo direto com outros autores que partem da crítica pós-colonial e buscam problematizar e ampliar a reflexão em torno de categorias formuladas no “centro”. Ver: Costa (2006), Maia (2009), Domingues (2009).

escritores e intelectuais da Primeira República e do período pós-institucionalização, configurando longa duração do argumento sociológico no Brasil. Trabalhos como os de Nísia Trindade Lima (1999) e André Botelho (2002), por exemplo, têm mostrado como o pensamento social anterior aos anos de 1930 delimitou um horizonte cognitivo sobre a questão agrária, sobre os personagens subalternos dos sertões e interiores e sobre os problemas de construção do Estado com repercussão sobre a agenda da sociologia dita científica, aquela que Burawoy chamaria profissional.

Os trabalhos em questão possibilitam problematizar o lugar especializado e altamente regulado que seria ocupado pela sociologia profissional. Na construção de Burawoy, a sociologia profissional é um empreendimento autocentrado, no qual a resolução de problemas científicos é ativada por mecanismos de incentivos e motivações próprios. Aproxima-se razoavelmente do que Thomas Kuhn, em seu clássico livro sobre as revoluções científicas, chamou de ciência normal ou *problem-solving*. Como vemos no caso brasileiro, temos, antes, a prevalência de argumentos sociológicos mais gerais disseminados em diversos circuitos intelectuais que não apenas os ambientes universitários próprios do que seria a sociologia profissional. Ou seja, estamos diante de uma longa tradição de argumentos sociológicos que não respeitam propriamente o esquema divisório das sociologias propostas por Burawoy.

Ainda assim, poder-se-ia argumentar que a continuidade temática entre pensamento social clássico e sociologia institucionalizada não teria impedido a consolidação de uma sociologia profissional no Brasil, em especial a partir dos anos de 1960 e 1970. Como se sabe, foi nesse período que houve uma primeira expansão dos programas de pós-graduação, ambiente por excelência do florescimento de uma sociologia profissional, tal como delineada no esquema de Burawoy. A tomarmos como exemplo as formulações

deste autor, o fato de este processo ter se dado num período de fechamento político certamente contribuiria para a delimitação de uma arena mais focada na resolução de problemas científicos específicos, não necessariamente vinculados à agenda pública do momento, que se encontrava bloqueada. Novamente, uma leitura mais cuidadosa dessa história nos mostra outro quadro, ainda mais interessante.

Uma parte dos primeiros programas de pós-graduação e de centros de pesquisa no Brasil foi financiada com recursos de instituições de fomento norte-americanas, como a Fundação Ford. Estas agências, que expandiram enormemente seus projetos de cooperação na América do Sul, depois do impacto da Revolução Cubana, tinham uma agenda clara, relacionada ao reformismo liberal característico de certos setores das elites intelectuais daquele país. O próprio impacto do golpe de 1964 e o início de mais um ciclo autoritário, cuja longa duração já parecia clara nos anos de 1970, ensejou um conjunto de trabalhos cientificamente sofisticados sobre os temas do autoritarismo e da democracia. São desse período, livros como *São Paulo e o Estado Nacional*, de Simon Schwartzman (1975), *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes (1975), *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, de Luiz Werneck Vianna (1976) e a tese de Elisa Reis intitulada *The Agrarian Roots of Authoritarian Modernization in Brazil* (1979). Em todos esses casos, estamos falando de exemplos bem-acabados de trabalhos científicos, produzidos em contextos institucionais distintos, mas animados por evidente disposição pública, conectando-se, em muitos casos, não apenas a temas públicos, mas ao próprio ativismo político, a exemplo do livro de Werneck Vianna, escrito sob condições duríssimas e colado ao ativismo do autor no Partido Comunista Brasileiro (PCB).

No Museu Nacional do Rio de Janeiro e mesmo em outros espaços, a questão agrária ganhava novo alento, em um momento em que o processo de modernização capitalista

varria as fronteiras do sertão brasileiro. Livros como *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, de Otávio Velho (1976), traduziam essa preocupação, juntamente com os trabalhos de Moacir Palmeira, Beatriz Heredia, José Sérgio Leite Lopes, todos no âmbito do *Projeto Emprego*, que implicou a consolidação de uma agenda, por assim dizer, camponesa e social da antropologia naquela instituição (Carvalho, 2011). No caso de São Paulo, os trabalhos de José de Souza Martins (1975, 1979) sobre frentes pioneiras e a existência de lógicas camponesas de produção social para além das relações de mercado evidenciavam o quanto o tema da questão agrária era relevante não apenas em termos acadêmicos, configurando um eixo geral a partir do qual se poderia interpretar o capitalismo brasileiro. Novamente, era uma produção científicamente sofisticada, que dialogava com o retorno do problema camponês nos Estados Unidos e na França, via traduções do russo Chayanov e das produções de Henri Medras sobre o rural. Eram pesquisas realizadas, muitas vezes, em ambientes típicos de uma “sociologia profissional”, mas absolutamente impregnados de energia social, replicando de forma velada debates que assolavam o mundo da esquerda diante do acirramento da modernização capitalista sob o tacão do autoritarismo. Esses debates retinham, também, certa conexão com os argumentos sociológicos de longa duração no pensamento social brasileiro, referidos aos nexos entre construção do Estado e questão agrária no Brasil.

Note-se, aliás, que essa produção implicava, além de um discurso sociológico orientado para um público genérico sobre questões políticas, também uma aproximação com públicos subalternos, como os movimentos camponeses no Norte e no Nordeste do Brasil. Não foram poucos os antropólogos dessa geração que se engajaram de forma ativa na organização de sindicatos rurais em Pernambuco, por exemplo. Lygia Sigaud empreendeu pesquisa etnográfica

sobre congressos sindicais, em meados dos anos de 1970, além de estar presente em greves e movimentos salariais na Zona da Mata, em 1979 e 1980, culminando no convite dos próprios sindicatos locais, em 1984, para verificar o cumprimento das convenções coletivas (Lopes, 2009). José de Souza Martins, por sua vez, foi figura central na articulação com pastorais católicas e movimentos sociais, como o MST, ao longo dos anos de 1980, a despeito de ter se afastado desse último grupo, ao longo dos anos de 1990.

Diagnóstico semelhante pode ser feito quando tomamos os estudos produzidos nas décadas de 1970 e 1980, no âmbito de instituições como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), criado em 1969, e o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), de 1976. Não obstante terem se constituído como *loci* de produção acadêmica sofisticada e profissional, esses institutos também se consolidaram como espaços de produção de uma sociologia crítica, pública e, em algumas ocasiões, de políticas públicas, preocupada em produzir conhecimento reflexivo para intervir na luta pela redemocratização do país. Sobretudo a partir desses centros de pesquisa, setores da intelectualidade progressista – como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira e Marilena Chauí – conciliaram a institucionalização das ciências sociais, em geral, e da sociologia, em particular, com a intervenção política na esfera pública, inclusive tecendo articulações orgânicas com partidos, como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT) (Lahuerta, 2001).

Diante desse cenário, como separar tão decididamente sociologia profissional e sociologia pública? O quadro que traçamos não evidencia exatamente a conciliação entre um processo crescente de sofisticação teórico-metodológica e uma procura sistemática pelos atores da vida pública, que poderia destravar o processo modernizador na sociedade

brasileira? No lugar de uma história sequencial dos tipos de sociologia, tal qual sugerido pelas reflexões de Burawoy, o que testemunhamos é um processo marcado por uma dinâmica combinada e persistente de institucionalização de uma sociologia profissional, com forte inserção no debate público e considerável articulação com públicos subalternos.

Se avançarmos para os anos de 1980 e 1990, o quadro torna ainda mais difícil a separação das quatro esferas traçada por Burawoy em suas formulações. Foi nesse momento que mais nos aproximamos da configuração intelectual norte-americana, com a proliferação da pós-graduação e a especialização das agendas de pesquisa, e que ocorreu o consequente abandono das grandes interpretações do Brasil. Mas foi justamente neste período que a democracia avançou mais, muitas vezes juntamente com redes formadas por ativistas, intelectuais e professores. Durante esses anos, por exemplo, cresceu o ativismo universitário e muitos cientistas sociais se ligaram a ONGs, como atesta a tese de Leila Assumpção (1993).

106

Werneck Vianna, em conhecido texto publicado no seu livro *A Revolução Passiva*, fala em *americanização* das ciências sociais, mas não lamenta de todo esse cenário, ressaltando seu elemento democratizador, ao produzir redes que agregam ativistas, cientistas e gestores públicos em torno de temas da agenda social (Vianna, 2004). Nesse sentido, é interessante como o conceito de americanização não implica necessariamente uma visão pessimista diante do insulamento da vida científica brasileira, mas uma análise processual de sua nova configuração, em que o tema público é rearticulado. Este cenário nos leva a pensar que um dos problemas na análise de Burawoy resida no fato de que ele não desenvolve muito o adjetivo “público” que acompanha a sociologia. No caso de Werneck Vianna, a história permite justamente acompanhar como o nosso público, outrora esfera da vontade geral interpretada por intelectuais, tor-

nou-se, hoje, mais difuso e polifônico, mas nem por isso descolado do diálogo com atores da ciência.

Esse movimento de que fala Werneck Vianna impõe outro questionamento à narrativa de Burawoy. Desta vez, uma questão relacionada ao horizonte da sociedade civil que ele tem em mente. As redes de que falamos e que atravessam ciência e vida social, articulam universidades, atores do Judiciário, lideranças políticas e movimentos sociais, escapando em muito ao simples registro da sociedade civil. Veja-se, por exemplo, o caso das populações remanescentes de quilombos que vêm ganhando protagonismo crescente na esteira do próprio ativismo judiciário e da especialização antropológica relacionada ao tema (Figueiredo, 2011). Não se trata de sociologia pública no sentido dado por Burawoy a dada esfera da divisão do trabalho intelectual, mas sim de uma rede difusa que combinou ciência, ativismo, sujeitos sociais e agentes do Estado.

A ideia de redes talvez seja mais eficaz para dar conta não apenas das reconfigurações do que seja o público, mas também do próprio processo de ativação de sujeitos coletivos por intermédio da ciência social e/ou da dinâmica estatal, esta última desconsiderada por Burawoy. Nesse sentido, teríamos que repensar a conexão entre sociologia pública e sociedade civil, tal como derivada do esquema matricial de Burawoy.

107

* * *

Alguns anos se passaram desde o famoso discurso proferido por Burawoy na American Sociological Association em defesa da sociologia pública. Neste artigo, procuramos sustentar a ideia de que, apesar dos méritos contidos nessa proposta, faz-se necessária uma problematização da mesma. Não no sentido de descartá-la, mas com o intuito de discuti-la a partir de novos olhares. Para tanto, busca-

mos, por um lado, problematizar a separação entre sociologia pública e profissional nos Estados Unidos, tal como descrita por Burawoy, e demonstrar outras possibilidades de reflexão sobre o tema na tradição da sociologia norte-americana, mobilizando tanto a história da disciplina naquele país, quanto as formulações de outros autores – em especial Robert Bellah e Craig Calhoun –, que ajudam a questionar certo esquematismo contido na proposta de Burawoy. Por outro lado, procuramos rediscutir o conceito de sociologia pública a partir de um olhar sobre a trajetória da sociologia no Brasil, destacando a diversidade de formas de articulação entre imaginação sociológica e vida pública. Desse modo, as análises das experiências norte-americana e brasileira – que evidenciam histórias mais complexas e dinâmicas que aquelas comumente consideradas – contribuem para estimular a discussão sobre a sociologia pública, ampliando seu escopo teórico.

108

Sustentamos, ainda, que o raciocínio proposto neste artigo não tem implicações apenas para o debate específico sobre sociologia pública, mas contribui também para questionarmos o modelo de circulação de ideias na sociologia global. Ao invés de tomarmos a formulação da sociologia pública para pensar os casos periféricos, optamos por partir desta dita periferia para repensar o debate tal como formulado no hemisfério Norte. Nesse sentido, esperamos que tal procedimento ajude a tornar o caso brasileiro cada vez menos singular e mais relevante para a teoria sociológica contemporânea.

Fernando Perlatto

é doutorando em sociologia do Iesp-Uerj.

João Marcelo Maia

é professor adjunto do CPDOC-FGV.

Referências bibliográficas

- ACKER, J. 2005. "Comments on Burawoy on public sociology". *Critical Sociology*, v.31, n.3, pp.327-31.
- ALATAS, S. F. 2006. *Alternative discourses in Asian social science: responses to Eurocentrism*. New Dheli/ Thousand Oaks: Sage.
- ARONOWITZ, S. 2005. "Comments on Michael Burawoy's 'The critical turn to public sociology'". *Critical Sociology*, v.31, n.3, pp.333-38.
- ASSUMPÇÃO, L. L. 1993. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Rio de Janeiro, 239p. Tese de doutorado. Departamento de Antropologia Social do Museu Nacional/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BAIOCCHI, G. 2005. "Interrogating connections: from public criticisms to critical publics in Burawoy's Public Sociology". *Critical Sociology*, v.31, n.3, pp.339-51.
- BECK, U. 2005. "How not to become a museum piece". *British Journal of Sociology*, v.56, n.3, pp.335-43.
- BELLAH, R. et al. 1985. *Habits of heart: individualism and commitment in American life*. Berkeley, CA: The University of California Press.
- BLAU, J.; SMITH, K. I. (orgs.). 2006. *Public Sociologies Reader*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- BONACICHI, E. 2005. "Working with the labor movement: a personal journey in organic public sociology". *American Sociologist*, v.36, n.3/4, pp.105-20.
- BOTELHO, A. 2002. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- BOURDIEU, P. 2005. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOYNS, D.; FLETCHER, J. 2005. "Reflections on public sociology: public relations, disciplinary identity, and the strong program in professional sociology". *American Sociologist*, v.36, n.3/4, pp.5-26.
- BRAGA, R.; BURAWOY, M. 2009. *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda.
- _____, SANTANA, M. A. 2009. "O pêndulo oscilante: sociologia do trabalho e movimento sindical no Brasil". *Cadernos CRH*, v.22, n.56, pp.297-309.
- BRAITHWAITE, J. 2005. "For public social science". *British Journal of Sociology*, v.56, n.3, pp.345-53.
- BREWER, R. M. 2005. "Response to Michael Burawoy's commentary: 'The critical turn to public sociology'". *Critical Sociology*, v.31, n.3, pp.353-59.
- BRINT, S. 2005. "Guide for the perplexed: On Michael Burawoy's Public Sociology". *The American Sociologist*, v.36, n.3/4, Fall/Winter, pp.46-65.
- BULMER, M. 1984. *Chicago school of sociology: institutionalization, diversity and the rise of sociological research*. Chicago: The University of Chicago Press.

- BURAWOY, M. 2005. "2004 presidential address: for public sociology". *American Sociological Review*, v.70, n.1, pp.4-28.
- _____. 2007. "The field of sociology: its power and its promise". In: CLAWSON *et al.* (orgs.). *Public Sociology*: fifteen eminent sociologists debate politics and the profession in the twenty-first century. Berkeley, CA: The University of California Press.
- _____. 2008. "Open the Social Sciences: to whom and for what?" *Portuguese Journal of Social Science*, v.6, n.3, pp.137-146.
- _____. 2011. "On uncompromising pessimism: Response to my critics". *Global Labor Journal*, v.2, n.1, pp.73-7.
- CALHOUN, C.; VANANTWERPEN, J. 2007. "Orthodoxy, heterodoxy and hierarchy: 'mainstream' sociology and its challengers". In: CALHOUN, C. (org.). *Sociology in America*: a history. Chicago: The University of Chicago Press.
- CALHOUN, C. 2005. "The promise of public sociology". *The British Journal of Sociology*, v.56, n.3, pp.355-363.
- _____. 2007. "Sociology in America: an introduction". In: CALHOUN, C. (Ed.). *Sociology in America*: a history. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____. 2008. "Social science for public knowledge". In: ELIAESON, S.; KALLEBERG, R. (orgs.). *Academics as public intellectuals*. New Castle: Cambridge Scholars.
- _____. 2010. "The public mission of the research university". In: RHOTEN, D.; CALHOUN, C. (orgs.). *Knowledge matters*: the public mission of the research university. New York: Columbia University Press.
- CARVALHO, L. C. 2011. "O projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste do Museu Nacional e as ciências sociais contemporâneas". Trabalho apresentado na Jornada do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro.
- CHASE-DUNN, C. 2005. "Global Public Social Science". *The American Sociologist*, v.36, n.3/4, pp.121-32.
- CONNELL, R. 2007. *Southern theory*: the global dynamics of knowledge in social sciences. Cambridge: Polity.
- COSTA, S. 2006. *Dois Atlânticos*: teoria social, antirracismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
- DOMINGUES, J. M. 2009. *A América Latina e a modernidade contemporânea*: uma interpretação sociológica. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
- ERICSON, R. 2005. "Publicizing sociology". *British Journal of Sociology*, v.56, n.3, pp.365-372.

- FERNANDES, F. 1975. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FIGUEIREDO, A. V. 2011. *O caminho quilombola: sociologia jurídica do reconhecimento étnico*. Curitiba: Appris.
- GHAMARA-TRABRIZI, B. 2005. "Can Burawoy make everybody happy? Comments on public sociology". *Critical Sociology*, v.31, n.3, pp.361-69.
- GOULDNER, A. 1970. *The coming crisis of western sociology*. New York: Basic Books.
- JEFFRIES, V. 2009. *Handbook of public sociology*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- KATZ-FISHMAN, W.; SCOTT, J. 2005. "Comments on Burawoy: a view from the bottom-up". *Critical Sociology*, v.31, n.3, pp.371-74.
- KALLEBERG, R. 2005. "What is public sociology? Why and how should it be made stronger?" *British Journal of Sociology*, v.56, n.3, pp.387-93.
- LAHUERTA, M. 2001. "Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil". *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, v.8, n.14/15, pp.53-95.
- LATOURE, B. 1987. *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge, MA: HUP.
- LIMA, N. T. 1999. *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- LOPES, J. S. 2009. "Homenagem a Lygia Sigaud". *Maná*, v.15, n.1, pp.257-78.
- MAIA, J. M. E. 2009. "Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.24, n.1, pp.155-68.
- MARTINS, J. S. 1975. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira.
- _____. 1979. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Ciências Humanas.
- MCLAUGHLIN, N et al. 2005. "Why sociology does not need to be saved: analytic reflections on public sociology". *American Sociologist*, v.36, n.3/4, pp.133-51.
- MELLO E SILVA, L. 2009. Touraine, Burawoy, Gramsci: do social ao político . *Caderno CRH*, v.22, n.56, pp.281-296.
- MICELI, S. 2001. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, v.1.
- MILLS, C. W. 1959. *The sociological imagination*. New York: OUP.
- NICHOLS, L. T. 2007. *Public sociology: the contemporary debate*. New Jersey: Transaction.
- NIELSEN, F. 2004. "The vacant 'we': remarks on public sociology". *Social Forces*, v.82, n.4, pp.1619-27.
- PUTNEY, N et al. 2005. "Social gerontology as public sociology in action". *The American Sociologist*, v.36, n.3/4, pp.88-104.
- QUAH, S. 2005. "Four sociologies, multiple roles". *British Journal of Sociology*, v.56, n.3, pp.395-400.

- REIS, E. M. P. 1979. *The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil*. Massachusetts, 315p. Tese de Doutorado. Department of Political Science of Massachusetts Institute of Technology.
- SICA, A.; TURNER, S. 2005. *The disobedient generation: social theorists in the sixties*. Chicago: The University of Chicago Press.
- STACEY, J. 2007. "If I were the goddess of sociological things". In: CLAWSON, D. et al. (orgs.) *Public sociology: fifteen eminent sociologists debate politics and the profession in the twenty-first century*. Berkeley, CA: The University of California Press.
- SCHWARTZMAN, S. 1975. *São Paulo e o estado nacional*. São Paulo: Difel.
- _____. 2009. "A sociologia como profissão pública no Brasil". *Cadernos CRH*, v.22, n.56, pp.271-9.
- TITTLE, C. R. 2004. "The arrogance of public sociology". *Social Forces*, v.82, n.4, pp.1639-43.
- TOURAINÉ, A. 2009. "A sociologia pública e o fim da sociedade". *Cadernos CRH*, v.22, n.56, pp.245-54.
- TURNER, J. 2005. "Is public sociology such a good idea?". *The American Sociologist*, v.36, n.3/4, pp.27-45.
- _____. 2009. "Contra a sociologia pública: será ela a melhor forma de tornar a sociologia relevante?". *Cadernos CRH*, v.22, n.56, pp.255-69.
- TURNER, S. P.; TURNER, J. H. 1990. *The impossible science: an institutional analysis of American sociology*. Newbury Park: Sage.
- URRY, J. 2005. "The bad news and the good news". *Critical Sociology*, v.31, n.3, pp.375-8.
- VAUGHAN, D. 2005. "On the relevance of ethnography for the production of public sociology and policy". *British Journal of Sociology*, v.56, n.3, pp.411-6.
- VELHO, O. 1976. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir das fronteiras em movimento*. São Paulo: Difel.
- VIANNA, L. 2004. "A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa". In: *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- WALLERSTEIN, I. 2007. "The culture of sociology in disarray: the impact of 1968 on U.S. sociologists". In: CALHOUN, C. (org.). *Sociology in America: a history*. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____. et al. 1996. *Para abrir as ciências sociais*. Relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das ciências sociais. São Paulo: Cortez.
- VIANNA, L.J.W. 1976. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

QUAL SOCIOLOGIA PÚBLICA? UMA VISÃO A PARTIR DA PERIFERIA

FERNANDO PERLATTO

JOÃO MARCELO MAIA

Resumo: Este artigo analisa o debate em torno da sociologia pública, lançado em 2004 por Michael Burawoy, então presidente da American Sociological Association. Além de discutir os principais aspectos desta proposta, bem como mapear as principais críticas que ela sofreu, problematizamos a dicotomia entre sociologia pública e profissional a partir de dois direcionamentos: por um lado, relemos a história da sociologia norte-americana, por considerarmos que a perspectiva de Burawoy sobre ela explica o dualismo de sua formulação. Por outro lado, rediscutimos o conceito de “sociologia pública” a partir da trajetória da disciplina no Brasil. Partimos da hipótese de que um caso tido como periférico pode iluminar diferentes formas de imaginação sobre a noção de “sociologia pública”.

240

Palavras-chave: Sociologia Pública; Michael Burawoy; História Da Sociologia; Sociologia Brasileira; Periferia.

WHICH PUBLIC SOCIOLOGY? A PERSPECTIVE FROM THE PERIPHERY

Abstract: This article analyzes the debate on public sociology, launched in 2004 by Michael Burawoy, former president of the American Sociological Association. Besides discussing Burawoy's main ideas and the criticism raised from his opponents, we specifically question the opposition between professional and public sociologies. In order to do so, we initially provide a reinterpretation of the history of sociology in the US. We claim that Burawoy's perspective on this history is what explains the dualism mentioned above. Then, we address the idea of public sociology from the perspective of the discipline in Brazil. Our main hypothesis is that a case-study from a peripheral

country may shed light on different forms of conceiving the public dimension in sociology thus contributing to broaden the theoretical debate on the subject.

Keywords: *Public Sociology; Michael Burawoy; History of Sociology; Brazilian Sociology; Periphery.*

Recebido: 09/03/2012 **Aprovado:** 29/08/2012